

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.347 - ES (2018/0314202-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CERIMONIAL ITAMARATY LTDA EPP
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL - ES005875
LEONARDO LAGE DA MOTTA E OUTRO(S) - ES007722
LUIZ ALBERTO MUSSO LEAL NETO - ES018793
ANA LETÍCIA MATOS GONÇALVES - ES024348
DIEGO AUGUSTO IAMONDE TEIXEIRA - ES018474
AGRAVADO : COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN
ADVOGADO : FRANCISCO ANTÔNIO CARDOSO FERREIRA E OUTRO(S) -
ES000225A

DECISÃO

Trata-se, na origem, de ação em que se discute a responsabilidade pelo consumo de água, conforme se verifica do acórdão recorrido (e-STJ fls. 173/174):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - LEGITIMIDADE PASSIVA - OBRIGAÇÃO PESSOAL - RESPONSABILIDADE DO TITULAR DA CONTA - IMEDIATO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL - §4º DO ARTIGO 1.013 DO CPC - NECESSIDADE DE EVENTUAL PRODUÇÃO DE PROVAS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Com relação a responsabilidade pelo pagamento das contas de água, o Superior Tribunal de Justiça possui sedimentado posicionamento no sentido de tratar-se de obrigação pessoal, sendo, então, quem usufrui do serviço o responsável pelo pagamento.
2. Tendo o locatário do imóvel solicitado os serviços de água do prestador de serviço, sendo assim o titular da conta, caberia a este, para se eximir da responsabilidade pelo pagamento, comunicar a mudança de titularidade da conta. Precedente do TJES.
3. Afastada a ilegitimidade passiva acolhida pelo julgador singular, devem retornar ao Juízo de origem, em vez passar ao imediato julgamento de mérito, nos termos do artigo § 4º, do artigo 1.013, do CPC/15, por não ter sido oportunizado ao réu a produção de provas no intuito de demonstrar a incorreta leitura dos valores cobrados.
4. Recurso improvido.

A matéria se insere na competência da Primeira Seção.

Em face do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais, para que proceda à redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator